PUBLICIDADE LEGAL

Balanços

Transauto Transportes Especializados de Automóveis S.A.

CNPJ nº 59.105.262/0001-63 - Capital Fechado

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V. S.as., o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, dos Outros Resultados Abrangentes, das mutações nas Contas do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos fluxos de caixa e acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, permanecemos à inteira disposição de V. Sas., para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Bernardo do Campo, 24 de março de 2025. A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	2.024	2.023
Circulante		
Caixas e Equivalentes de Caixa (Nota 04)	72.809	56.119
Contas a Receber de Clientes	131.228	104.856
Impostos a Recuperar (Nota 05)	27.033	33.656
Outros Créditos	534	474
Total do Circulante	**231.604**	**195.105**
Não Circulante		
Impostos a Recuperar	-	-
Depósitos Judiciais	108	178
Investimentos	23	23
Imobilizado (Nota 06)	27.116	26.362
Direito de Uso	8.965	8.386
Total do Não Circulante	**36.212**	**34.949**
Total do Ativo	**267.816**	**230.054**

Passivo	2.024	2.023
Circulante		
Débitos por Compra e Serviços	20.396	23.239
Débitos Sociais e Tributários	17.042	16.014
Outros Débitos	28.255	12.000
Arrendamentos a Pagar	6.391	5.402
Total do Circulante	**72.084**	**56.655**
Não Circulante		
Compromissos e Demandas Judiciais e Administrativas (Nota 07)	308	186
Arrendamentos a Pagar	2.573	2.984
Total do Não Circulante	**2.881**	**3.170**
Patrimônio Líquido (Nota 08)		
Capital Social	100.000	100.000
Reserva Legal	14.618	12.341
Lucros Acumulados	78.233	57.888
Total do Patrimônio Líquido	**192.851**	**170.229**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**267.816**	**230.054**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em Milhares de Reais)

	2.024	2.023
Receita Líquida	**543.746**	**409.799**
Custos dos Serviços de Vendas	(420.695)	(338.779)
Lucro Bruto	**123.051**	**71.020**
(-) Despesas Operacionais	**(74.679)**	**(61.492)**
Administrativas	(77.337)	(65.144)
Tributárias	(2.600)	(2.400)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	5.258	6.052
Lucro Líquido antes do Resultado Financeiro	**48.372**	**9.528**
Resultado Financeiro	11.067	7.144
Lucro Líquido antes do I.R. e C.S.L.L.	**59.439**	**16.672**
I.R. e C.S.L.L.	(13.893)	(3.594)
Lucro Líquido do Exercício	**45.546**	**13.078**
Por Ação do Capital em R$	218,5553	62,7544

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**100.000**	**11.687**	**51.464**	**163.151**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	13.078	13.078
Constituição de Reserva Legal	-	654	(654)	-
Dividendos a Distribuir	-	-	(6.000)	(6.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**100.000**	**12.341**	**57.888**	**170.229**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	45.546	45.546
Constituição de Reserva Legal	-	2.277	(2.277)	-
Dividendos a Distribuir	-	-	(22.924)	(22.924)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**100.000**	**14.618**	**78.233**	**192.851**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Descrição	2.024	2.023
Atividades Operacionais		
- Lucro Líquido Antes do I.R. e C.S.L.L.	**59.439**	**16.672**
Ajustes por Itens que Não Afetam o Caixa:		
- Depreciação	2.445	2.563
- Valor Residual de Ativo Imobilizado Baixado	11	1.094
- (Aumento)/Redução de Créditos de Clientes	(26.372)	(32.670)
- Redução/(Aumento) de Outros Ativos	6.634	18.605
- (Redução) Por Compra de Serviços	(2.843)	8.934
- (Redução) de Obrigações Sociais e Tributárias	1.028	4.456
- Aumento/(Redução) de Outros Débitos	16.955	(2.545)
- Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.893)	(3.594)
- Arrendamentos	(579)	7.398
(=) Caixa Líquido Prov Atividades Operacionais	**42.825**	**20.913**
Atividades de Investimento		
- Aquisição de Bens de Ativo Imobilizado	(3.211)	(3.869)
(=) Caixa Utilizada Atividades de Investimento	**(3.211)**	**(3.869)**
Atividades de Financiamento		
- Dividendos	(22.924)	(6.000)
(=) Caixa Utilizada Atividade de Financiamento	**(22.924)**	**(6.000)**
(=) Aumento Líquido de Caixa	**16.690**	**11.044**
(+) Saldo de Caixa Inicial	56.119	45.075
(=) Saldo de Caixa Final	72.809	56.119

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

01 - Contexto Operacional: A Transauto Transportes Especializados de Automóveis S.A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a prestação de serviços de logística e transporte multimodal de cargas e encomendas no geral e especialmente de auto veículos em todo o território nacional, Mercosul e outros blocos econômicos, assim como serviços de armazenamento e alfandegamento de cargas e veículos, administração e controle de pátio de terceiros, estacionamento e preparação de veículos, empreendimentos pecuários, agro-industriais, de florestamento e reflorestamento, podendo, ainda, na forma da Lei, participar de outras sociedades.

02 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 20 de março de 2025. As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas contábeis, as quais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão de créditos para liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

03 - Sumário de Práticas Contábeis: a) Reconhecimento de Receita: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa**: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **c) Contas a Receber de Clientes**: São apresentados de acordo com os valores de realização. A provisão é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **d) Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente**: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **e) Imobilizado**: Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído, conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43. A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) o mercado em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da Administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. O ativo imobilizado da Companhia compreende terrenos, edificações, benfeitorias, máquinas/equipamentos e veículos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. O detalhamento das principais movimentações do ativo imobilizado está demonstrado na Nota 06. **f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)**: A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **g) Arrendamento Mercantil**: Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido por arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil do ativo. **h) Provisões**: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, se aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos**: Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **j) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**: *Julgamentos*: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. *Estimativas e Premissas*: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros*: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos*: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, se aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. *Valor Justo de Instrumentos Financeiros*: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Provisões para Riscos Trabalhistas*: A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **k) Demonstrações dos Fluxos de Caixa**: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)- Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

04 - Caixas e Equivalentes de Caixa:

	2024	2023
Caixa e Bancos	4.322	7.082
Aplicações Financeiras	68.487	49.037
	72.809	**56.119**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI e Certificados de Depósito Bancário, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

05 - Tributos a recuperar:

	2024	2023
Imposto de renda retido na fonte	1.284	1.137
PIS e COFINS a recuperar	25.749	32.519
	27.033	**33.656**

Durante o exercício de 2022, a Companhia homologou junto a Receita Federal o montante de R$54.478 (R$32.880 de principal e R$21.598 de correção monetária) referente à exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2024, após as compensações efetuadas, o saldo remanescente do referido é de R$25.749 (R$32.519 em 31 de dezembro de 2023).

06 - Imobilizado:

	Edifícios	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total do ativo imobilizado
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.957**	**10.958**	**20.183**	**188**	**4.414**	**24.701**	**62.401**
Adições	-	-	116	3	83	3.667	3.869
Baixas	(960)	(237)	(91)	-	-	(2.450)	(3.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**997**	**10.721**	**20.208**	**191**	**4.497**	**25.918**	**62.532**
Adições	-	-	8	13	20	3.170	3.211
Baixas	-	-	-	-	-	(913)	(913)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**997**	**10.721**	**20.216**	**204**	**4.517**	**28.175**	**64.830**
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(1.694)**	**-**	**(9.726)**	**(174)**	**(4.078)**	**(20.579)**	**(36.251)**
Depreciação do exercício	(44)	-	(858)	(5)	(122)	(1.533)	(2.562)
Baixas	759	-	58	-	-	1.826	2.643
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(979)**	**-**	**(10.526)**	**(179)**	**(4.200)**	**(20.286)**	**(36.170)**
Depreciação do exercício	(13)	-	(853)	(4)	(93)	(1.482)	(2.445)
Baixas	-	-	-	-	-	901	901
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(992)**	**-**	**(11.379)**	**(183)**	**(4.293)**	**(20.867)**	**(37.714)**
Valor líquido							
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5**	**10.721**	**8.837**	**21**	**224**	**7.308**	**27.116**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**18**	**10.721**	**9.682**	**12**	**297**	**5.632**	**26.362**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**264**	**10.958**	**10.458**	**14**	**334**	**4.121**	**26.149**

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, e revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil econômica utilizada para determinação de suas taxas de depreciação.

07 - Compromissos e Demandas Judiciais e Administrativas: As provisões para demandas judiciais e administrativas no montante de R$308 (R$186 em 31 de dezembro de 2023) foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões trabalhistas, tributários e cíveis, em valores julgados suficientes pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos. As causas trabalhistas, tributárias e cíveis com possível risco de perda somam o montante de R$3.808 (R$2.036 em 31 de dezembro de 2023).

08 - Patrimônio Líquido: **a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Capital Social totalmente subscrito e integralizado no montante de R$100.000 é representado por 208.399 ações sem valor nominal, sendo 96.027 ações ordinárias e 112.372 ações preferenciais.

09 - Imposto de Renda e Contribuição Social: Foram apurados por meio da apuração pelo regime do Lucro Real Anual por Estimativa com observância dos procedimentos da legislação aplicável.

10 - Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros: **a) Risco de crédito**: As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas financeiros decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de seus clientes que considera a capacidade de pagamento (Análise de crédito). **b) Avaliação dos instrumentos financeiros**: A Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale a seu valor de mercado devido a sua natureza de curto prazo. **c) Gestão de capital**: O objetivo da Administração é assegurar reduzida exposição de riscos de mercado com a finalidade de suportar o objetivo de crescimento e retorno. De acordo com política de gestão, como forma de diminuir eventuais riscos, mantemos relacionamento apenas com instituições financeiras de primeira linha. **d) Instrumentos financeiros derivativos**: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não apresenta saldos decorrentes de operações conduzidas nos mercados de derivativos.

11 - Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros para resguardar seus ativos. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2024 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Ana Luiza Menezes de Góes - Dir. Superintendente | **Eryx de Oliveira -** Diretor | **Osvaldo de Freitas Garcia Filho -** CRC- SP 215.799/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs. Administradores da
Transauto Transportes Especializados de Automóveis S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **TRANSAUTO TRANSPORTES ESPECIALIZADOS DE AUTOMÓVEIS S.A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TRANSAUTO TRANSPORTES ESPECIALIZADOS DE AUTOMÓVEIS S.A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.
Baker Auditores CRC 2SP 016.650/O-7
Sergio Nehera Quiaio - Contador CRC 1 SP 129.531/O-8

Autenticar documento em https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350039003400370032003A005400520041 00, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Digitally signed by DIARIO DO GRANDE ABC SA:57541377000175
Date: 2025.03.27 18:57:26 -03:00

Convocações

ONCO D'OR ABC ONCOLOGIA S.A.
CNPJ nº 02.383.508/0001-41 - NIRE 35.3.0044360-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da Onco D'Or ABC Oncologia S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 03 de abril de 2025, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua José Versolato, 111, bloco A, conjunto 271, 26º andar, Centro, São Bernardo do Campo, SP, CEP: 09750-730, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de AGO: 1. Tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024, bem como a sua destinação; 2. Distribuição de Dividendos Intermediários. Em sede de AGE: 3. 1ª Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Companhia. São Bernardo do Campo/SP, 26 de março de 2025. Diretoria.

Câmara Municipal de Santo André

O Presidente da Câmara Municipal faz saber que o Plenário, na 14ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25 de março de 2025, aprovou e, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Santo André, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 26/3/2025

CONTITUI A COMISSÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENEL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ.

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Assuntos Relevantes, nos termos do art. 74-B do Regimento Interno, destinada ao acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela Enel, com a finalidade de analisar, debater e fiscalizar a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica no Município.

Art. 2º A Comissão será composta por 5 (cinco) vereadores, indicados na forma do §4º do art. 74-B do Regimento Interno.

Art. 3º O prazo dos trabalhos será de 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 26 de março de 2025, 471º ano da fundação da cidade.

CARLOS ROBERTO FERREIRA
Presidente

Registrado e digitado na Coordenadoria de Comunicações Administrativas na mesma data, e publicado.

RAFAEL LOPES PINTO DA SILVA
Diretor Geral

Proc. CM nº 2048/2025
PR nº 16/2025
RLOS/IGS.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21, DE 2024

CONTRATADA: FUNDACAO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRACAO PUBLICA; OBJETO: Contratação de empresa especializada para assessoramento técnico em desenvolvimento institucional, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal pelo prazo de 6 (seis) meses, na modalidade presencial (in company) - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, previstos na cláusula XII, itens 12.1. e 12.2. do contrato, por mais 6 (seis) meses; ASSINATURA: 26/02/2025; PROCESSO: 3942/2024; FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 124, inciso II, alínea 'b' da Lei Federal nº 14.133/21.

Câmara Municipal de Santo André, 27 de março de 2025.
471º ano da fundação da cidade.
KATIA GUEDES BRANDÃO
Gerente de Compras e Materiais

O Presidente da Câmara Municipal faz saber que o Plenário, na 13ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25 de março de 2025, aprovou e, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Santo André, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 26/3/2025

CONTITUI A COMISSÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES PARA DEBATER E VIABILIZAR O AUMENTO PARA 20 (VINTE) ANOS DO PRAZO DE VIDA ÚTIL DOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO.

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Assuntos Relevantes, nos termos do art.74-B, para debater e estudar a viabilidade do aumento para 20 (vinte) anos do prazo de vida útil dos veículos utilizados no serviço de transporte escolar no Município.

Art. 2º A Comissão será constituída de 5 (cinco) vereadores, indicados na forma estabelecida pelo Parágrafo 4º do artigo 74-B do Regimento Interno.

Art. 3º O prazo dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, podendo tal praz